



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

Reunião Ordinária do Comitê LGBTI+ PR - 17/08//2022

Ao décimo sétimo dia do mês de Agosto, do ano de 2022, às 14h00min, através do link (Plataforma Google): meet.google.com/wqr-mnwn-bho, deu-se início à Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia, **Titulares Governamentais:** MAYARA BONDE (SECC); JANE VASQUES (SEJUF); REGINA CÉLIA VITÓRIO (SEED). **Suplentes Governamentais:** GUSTAVO JOSÉ PICANÇO BAYER (SESP); MARIA EDUARDA JANOTTO DA FONSECA (SEJUF). **Titulares da Sociedade Civil:** BRUNA RAVENA BRAGA (CASA DE MALHÚ); KASSIA HELLEN MARTINS (ANAJUDH LGBTI e NUCIDH/DPE); MATEUS CESAR COSTA (Grupo Dignidade); BRUNA IARA LORIAN CHAGAS (Associação Flor de Lis LGBT). **Suplentes da Sociedade Civil:** AMANDA ANDERSON DE SOUZA (PDT Diversidade). **Colaboradores:** LIZA MINELLY (Grupo Esperança); DAIANE PÊGO (SEJUF); SAULO GASPARGER (GERENTE DE DIVERSIDADE - PREFEITURA DE MARINGÁ); MATHEUS MAFRA (NUCIDH/ DPE); **Justificativas de Ausência:** LARISSA MARSOLIK (SEJUF), justificou sua ausência devido à licença maternidade. MARA CARMEM RIBEIRO FRANZOLOSO (SESA) e LUCIMAR PASIN DE GODOY (SESA), justificaram suas ausências devido a outra agenda no horário. CLAUDIO MARQUES ROLIN E SILVA (SESP) e ANGELA RAIDUK ROSA (CRP) também justificaram suas ausências. **1. Abertura:** Inicialmente, Bruna saudou todas e todos e solicitou que a Daiane — em sua qualidade de secretária executiva deste Comitê — realizasse a verificação de presença para abertura da Reunião

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

Extraordinária. Após o registro da chamada, Bruna deu início à Reunião Extraordinária do Comitê LGBTI+. **2. Informes:** Não houve informes. **3. Aprovação de pauta de urgência (Aprovação de expedição de ofício à SESP e à Prefeitura de Curitiba sobre a atuação da AIFU nos estabelecimentos voltados ao público LGBTI+.** A coordenadora Bruna solicitou a inclusão da nova pauta que foi aprovada sem objeção. **4. Retorno da SEED sobre solicitação de informações sobre materiais didáticos (Protocolo nº 17.147.183-4):** Daiane lembrou que esse documento é um retorno da SEED referente a solicitação de quais materiais pedagógicos são trabalhados nas escolas, tendo sido enviado um novo ofício à SEED solicitando mais informações quanto às normativas que tratam sobre os direitos LGBT no sistema educacional, dando exemplo os regulamentos relacionados a utilização do Nome Social e aos banheiros em conformidade com a identidade de gênero. Além disso, foi solicitado que as ações e as capacitações voltadas para a temática sejam incluídas no Plano Estadual. Sendo assim, a SEED encaminhou a seguinte resposta: "*A Equipe de Educação em Direitos Humanos da SEED/DEDUC/DEIN informa que os materiais didáticos estão disponíveis no link: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/genero_diversidade_sexual no qual constam as normativas que tratam sobre os direitos LGBTQI+ no sistema educacional (como, por exemplo, os regulamentos relacionados à utilização do nome social e ao banheiro, em conformidade com a identidade de gênero manifesta), tais materiais didáticos são compartilhados com 32 Núcleos Regionais de Educação. 3. Em relação às ações voltadas às capacitações, que contemplem toda a equipe pedagógica (incluindo todos os atores envolvidos na realidade institucional), essas são realizadas de forma colaborativa e interinstitucional, atendendo à demanda de cada instituição de ensino.* Bruna registrou que é controverso responder que os 32 Núcleos Regionais de Educação trabalham essa temática e que no trecho "*Em relação às ações*



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

voltadas às capacitações, que contemplem toda a equipe pedagógica (incluindo todos os atores envolvidos na realidade institucional), essas são realizadas de forma colaborativa e interinstitucional, atendendo à demanda de cada instituição de ensino.” corrobora a necessidade — já solicitada pelo Comitê — de um mapeamento do número de pessoas transgêneras ou LGBT’s autodeclaradas dentro das escolas ou que utilizam o Nome Social, para que se possa saber quais instituições de ensino possuem essa demanda — que é enorme dentro do Estado do Paraná. Portanto, deve-se verificar se essas capacitações/formações estão acontecendo, quem está coordenando-as e o porquê das violações de direitos humanos estarem acontecendo apesar das normativas estabelecidas. Ademais, Bruna mencionou que alguns professores vêm se negando a lecionar para alunas (os) trans, cometendo assim, crimes de transfobia e incitando que no novo Plano de Educação tem um ‘cardápio’ muito variado para os (as) alunos se profissionalizarem. Neste mesmo contexto, Bruna relatou que antes de ontem (15) uma aluna trans teve aula com um Professor — que é ex-policial — que falou somente sobre questões de Segurança Pública e violações de direitos humanos, em nenhum momento no tocante ao Planejamento de Vida. Em relação aos materiais didáticos, Bruna observou algumas meninas — que utilizam a *internet* na Sede Administrativa da entidade em que ela representa — em aula e verificou que quando se falava em pessoas LGBT’s existe uma certa resistência, principalmente referente às pessoas trans, estas que necessitam urgentemente serem incluídas no Mercado de Trabalho, com enfoque nas residentes do Interior, pois as demais regionais são completamente diferentes da Capital, regiões em que as demandas não chegam até o Comitê e seus representantes, estando essas jovens e adolescentes desassistidas e desinformadas da existência de órgãos que podem lutar pelos seus direitos. Amanda Anderson relatou que em Curitiba foram recebidas denúncias de que alunas trans foram impedidas de realizar

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

matrícula nas Escolas Cívico-militares e que alunas lésbicas sofreram algum tipo de agressão de seus “superiores” nas instituições. Regina Célia respondeu que não há uma capacitação direcionada, mas que acontece pontualmente nas 32 Regionais de Educação, realmente não havendo uma ação direcionada para a Comunidade LGBT. Além disso, Regina informou que via registro oficial há a solicitação junto a CELEPAR para que se consiga filtrar esses dados para compreender melhor essa grande parcela da população paranaense. E que o programa mencionado pela Bruna chama-se Projeto de Vida. Em seguida, Mateus Mafra solicitou que, caso seja possível, as denúncias trazidas sejam enviadas para a Defensoria Pública aos cuidados do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Bruna Ravena sugeriu que o Comitê LGBTI+ oficie a SESP sobre qual é o Plano Pedagógico do Projeto de Vida e em que é baseado na população LGBT, trazendo as realidades desses jovens — que não é a mesma de pessoas cis-gêneras — e como será trabalhada a desigualdade de informações essenciais entre pessoas cis e LGBT’s. Outro ponto levantado por Bruna foi referente de que forma os profissionais da educação são informados sobre as normativas, como o uso do banheiro, por exemplo, para quem não chegue somente no Núcleo de Educação. Regina acrescentou que em relação ao professor ex-policial existe um Regimento que as escolas devem cumprir, tanto as Cívico-militares, quanto as Públicas, sendo interessante ressaltar esse documento. Neste momento, Daiane listou os encaminhamentos realizados: Mapeamento das pessoas LGBT’s autodeclaradas nas Escolas; Sistematização das denúncias de LGBTfobia para encaminhar ao Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública; Solicitar o Plano Pedagógico do Projeto de Vida; Solicitar Informações sobre como são repassadas informações sobre o uso do banheiro. Bruna destacou que o ofício deve conter prazo para resposta, pois é uma questão de extrema relevância e urgência. Assim sendo, Bruna colocou em aprovação os encaminhamentos supracitados — sem

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

ressalvas, os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. **5. Retorno da SECC sobre aquisição de materiais que trabalham a temática da diversidade sexual e de gênero nas bibliotecas (Protocolo nº 17.147.258-0):** Daiane compartilhou o protocolo para visualização de todos (as). A Secretaria de Cultura e Comunicação encaminhou a seguinte resposta: “(...) O expediente tramitou internamente no âmbito da Secretaria e foi instruído com a Informação nº 015/2022 – Biblioteca Pública do Paraná (fls. 24), e Nota Fiscal de Aquisição das Obras (fls. 25), com disposições acerca dos livros adquiridos. Encaminhe-se ao Comitê LGBTI+ do Paraná para análise e ciência.” Portanto, das indicações realizadas anteriormente pelo Comitê, já foram feitas algumas aquisições. Na Nota Fiscal anexa ao Protocolo consta a aquisição dos seguintes títulos: *01 Unidade - COMO PENSAR MAIS SOBRE SEXO - ED.: OBJETIVA (CIA DAS LETRAS) - Autor: BOTTON, ALAIN DE; - 01 Unidade - DEVASSOS NO PARAÍSO (4ª EDIÇÃO, REVISTA E AMPLIADA): A HOMOSSEXUALIZADADE NO BRASIL, DA COLÔNIA À ATUALIDADE - Ed.: OBJETIVA (CIA DAS LETRAS) - Autor: TREVISAN, JOÃO SILVÉRIO; 01 Unidade - ESTE LIVRO É GAY, E HÉTERO, E BI E TRANS... - Ed.; WMF MARTINS FONTES - Autor: DAWSON, JAMES; 01 Unidade - EU, TRAVESTI: MEMÓRIAS DE LUÍSA MARILAC - Ed.: RECORD - Autor: LUÍSA; QUEIROZ, NANA; 01 Unidade - HISTÓRIA DA LOUCURA: NA IDADE CLÁSSICA - Ed.: PERSPECTIVA - Autor: FOCALUT, MICHEL; HISTÓRIA DA SEXUALIDADE: A VONTADE DO SABER (VOL. 1) - Ed. PAZ E TERRA (RECORD) - Autor: FOCALUT, MICHEL; HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT NO BRASIL - Ed.: ALAMEDA - Autor: VÁRIOS AUTORES; MEUS DOIS PAIS - 02 Ed.: MODERNA - Autor: CARRASCO, WALCYR; O CORPO EDUCADO - NOVA EDIÇÃO; PEDAGOGIAS DA SEXUALIDADE - Ed.: AUTÊNTICA - Autor: LOURO, GUACIRA LOPES; VELHICE TRANSVIADA: MEMÓRIAS E REFLEXÕES - Ed.: OBJETIVA (CIA DAS LETRAS) - Autor: NERY, JOÃO W.”.*

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

Após a exposição da resposta recebida, Bruna perguntou se havia algum tipo de comunicado ou aviso à população de sua disponibilidade na Biblioteca Pública do Paraná e se agora a própria iria buscar a aquisição de mais livros sobre a temática ou o Comitê teria que continuar indicando títulos — Liza respondeu que provavelmente o Comitê continuará indicando títulos. Portanto, Bruna sugeriu como encaminhamento que sejam levantados mais títulos e solicitações de aquisição à Biblioteca Pública do Paraná. Amanda pontuou que geralmente a Biblioteca Pública do Paraná realmente só adquire um exemplar. Daiane acrescentou que no ofício de resposta conste a indagação se os livros estarão disponíveis no Acervo Digital da Biblioteca Pública do Paraná. Amanda salientou a importância de que as próximas indicações sejam feitas pelo Comitê para que os livros não sejam desfavoráveis à população LGBTI+, fazendo suas indicações entre os meses de Junho/Julho. Sem ressalvas, a sugestão da Amanda foi aprovada por unanimidade. **6. Caso de Transfobia em Foz do Iguaçu:** Bruna indicou que esse foi um caso de transfobia que aconteceu dentro de um CEBJA e que em um primeiro momento a Professora de Língua Portuguesa não quis dar aula por motivos políticos, e que, da mesma forma em que proíbem falar sobre partidos de esquerda, deveria ser proibido também falar sobre os de direita, foram discutidas também sobre questões religiosas ferindo a laicidade do Estado e a religião da aluna. A Coordenadora da Escola aplicou provas de proficiência de Ensino Fundamental para a aluna fazer — e ela passou — e que, durante uma aula de Sociologia, uma outra aluna cis-genêra disse que se sentiria desconfortável se a aluna trans utilizasse o banheiro feminino com medo de que ela a estupra-se. Neste caso, a menina trans chamou uma monitora — ex-policial aposentada — e esta nem mesmo chamou uma viatura e ainda tentaram abafar o caso, sendo ofertada a aluna trans outra prova de proficiência — agora de Ensino Médio —, algo que não é ofertado aos demais alunos (as) e somente a aluna trans que



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

estava “gerando conflito” e o Diretor não sabia como lidar. Regina solicitou que os nomes das pessoas citadas e do colégio sejam repassados. Bruna continuou seu relato, informou que a Professora de Sociologia se colocou à disposição para testemunhar e que a menina foi ao Núcleo de Educação fazer a denúncia de crime de transfobia e este foi na Escola realizar uma auditoria com as duas partes, existiu uma oportunidade de a menina pedir desculpas — o que não aconteceu e ela ainda falou que a menina trans estava a perseguindo. Outro ponto relatado foi de que posteriormente a aluna trans teve um problema com um rapaz, menor de idade, residente da Casa Abrigo e estudando à noite, onde ele tentou agredi-la na frente da escola e ambos foram encaminhados para a Delegacia — com a ONG tendo que intervir. No outro dia, o Núcleo de Educação tomou conhecimento do problema e informou que o adolescente menor de idade não poderia estudar naquele horário por ser da Casa Abrigo. Regina solicitou que seja encaminhado um ofício contendo todas as informações. Além disso, Bruna relatou que ontem (16) em Foz do Iguaçu no período noturno de um Colégio, alunos (as) não conseguiram entrar nas aulas porque o Diretor proibiu que eles (as) entrassem atrasados, tendo mais de 380 comentários falando sobre isso. Por isso, Bruna ressalta a necessidade de maior atenção na formação e capacitação dos professores e professoras, pois há muitos casos de LGBTfobia em Colégios e Escolas em todo o Estado do Paraná. Bruna sugeriu que seja encaminhado um ofício à ALEP sobre o Projeto de Lei do Deputado Ricardo Barros (PP) sobre o uso dos banheiros e linguagem neutra, inclusive para a Câmara Municipal de Curitiba que estava tramitando na Comissão de Constituição e Justiça a vedação da inclusão do pronome neutro e utilização do uso do banheiro pelas pessoas trans — públicos e privados. Amanda explicou que eles soltam essas ‘bombas’ em período eleitoral para atrair visibilidade e comoção da retórica de defesa da ‘família’, e que, além de inconstitucional, somente se pode falar de Linguagem

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

Neutra dentro do Plano Nacional de Educação (PNE). Matheus registrou que o PL de nível estadual não estava mais em discussão no momento. Amanda sugeriu que seja feito através do Comitê um parecer — com a contribuição da DP e do MP — sobre as inconstitucionalidades dos projetos de lei a ser encaminhado para as comissões e seus parlamentares. A elaboração de um parecer do Comitê em conjunto com a DP e o MP foi aprovada sem ressalvas.

7. Aprovação de expedição de ofício à SESP e à Prefeitura de Curitiba sobre a atuação da AIFU nos estabelecimentos voltados ao público

LGBTI+: Bruna indicou que o ofício apresentado veio do Grupo Dignidade, não tendo sido enviado diretamente ao Comitê LGBTI+, mas ao Secretário da SEJUF e como esta possui o Comitê LGBTI+ que trabalha as questões dessa política, foi encaminhado para o colegiado decidir como será respondido - com a assinatura do Secretário. Em complementação à pauta, Bruna informou que teve ciência que na semana passada, no sábado, em um bar LGBT do município de Curitiba houve uma violação de direitos humanos por parte de um vizinho e dos agentes de segurança pública, e que inclusive, uma das conselheiras do COPED estava presente no momento e foi feito um Boletim Coletivo — Bruna registrou não ter conhecimento dos demais fatos que ocorreram anteriormente. Bruna colocou em votação e a pauta foi aprovada por unanimidade. Bruna indicou novamente que esse ofício não veio somente ao Comitê, mas diretamente ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, ao Núcleo LGBT do Ministério Público do Estado do Paraná, ao Núcleo de Apoio Operacional da Defensoria Pública do Estado do Paraná Para as Pessoas Lgbti+, à Ordem dos Advogados Do Brasil – Subseção Paraná – Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero e Comissão de Fiscalização da Atividade da Polícia, à Secretaria De Justiça, Família e Trabalho do Estado do Paraná, à Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do Estado do Paraná e à Prefeitura de Curitiba. Bruna realizou a leitura do ofício, segue-o

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

integralmente: *“SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES. O Grupo Dignidade, entidade sem fins lucrativos, com mais de 30 anos de existência, que tem como objetivo a promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBTI+, vem INFORMAR e SOLICITAR o que segue. Após a pandemia de Covid-19, que foi especialmente prejudicial aos empresários responsáveis pelo setor de entretenimento, houve a criação de diversos empreendimentos LGBTI+ em Curitiba, sobretudo bares e casas noturnas, que ainda lutam para se estabilizarem em uma área tão relevante, mas também competitiva. Se tem notícia que, nas últimas semanas, diversas ações policiais foram direcionadas especificamente a estes locais. As ações, levadas a cabo pela Ação Integrada de Fiscalização Urbana – AIFU, teriam se dado de maneira truculenta e com sanções desproporcionais. Curitiba é uma cidade notadamente desenvolvida em termos de entretenimento, o que gera riqueza e empregos no Estado, além de enriquecer a cultura da cidade, e os estabelecimentos LGBTI+ têm um papel importante nisso. A perseguição a estabelecimentos voltados ao público LGBTI+ foi o estopim pela luta de direitos por essa minoria quando, em 1969, a violenta e discriminatória polícia de Nova York fechou o bar Stonewall Inn. No Estado Democrático de Direito no qual vivemos, ações discriminatórias por parte do Estado não podem ser aceitas em hipótese alguma. Diante disso, e se baseando nos arts. 10 e 11 da Lei de Acesso à Informação – Lei n. 12.527/2011, se SOLICITA À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E À PREFEITURA DE CURITIBA o envio de informações, no prazo de 20 (vinte) dias, referentes à atuação da AIFU nos estabelecimentos voltados ao público LGBTI+ durante os últimos dois meses. As informações devem constar, também, o relatório das atividades da AIFU, além dos procedimentos padrões relativos à abordagem, tendo em vista os relatos de excessivo uso da força e do aparato policial. Às demais instituições oficiadas, se solicita apoio quanto à fiscalização das atividades da AIFU e do resultado das solicitações contidas*

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS, INTERSEXUAIS E OUTRAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS, IDENTIDADES E EXPRESSÕES DE GÊNERO DO ESTADO DO PARANÁ (COMITÊ LGBTI+)

neste ofício. Agradecemos, desde já, o envio das referidas informações e nos colocamos à disposição para sanar eventuais dúvidas. Curitiba, 08 de agosto de 2022. Mateus Cesar Costa, Diretor Administrativo, Advogado OAB/PR 86.134. Rafaelly Wiest, Consultora, Grupo Dignidade. Após a leitura, Bruna abriu a palavra para quaisquer inclusões. Matheus Mafra informou que a DPE recebeu esse procedimento e foram solicitadas maiores informações ao Grupo Dignidade. Bruna colocou em aprovação o encaminhamento do ofício solicitado pelo Grupo Dignidade — sem ressalvas, foi aprovado por unanimidade. Bruna acrescentou que deverá ser solicitado o Plano de Ação de segurança nos espaços mapeados da população LGBT ou se a SESP possui o mapeamento dos espaços LGBT's e quais são os planos de ações para garantir a segurança desses locais. Por fim, Bruna colocou em aprovação os encaminhamentos supracitados — sem ressalvas, os encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. **8. Encerramento:** Em conclusão, Bruna agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a Reunião Extraordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Outras Orientações Sexuais, Identidades e Expressões de Gênero do Estado do Paraná (Comitê LGBTI+ PR). A presente ata foi lavrada por Davi da Rosa e revisada pela secretária executiva, Daiane Pego.

COMITÊ LGBTI+ PR

Palácio das Araucárias - Rua Jacy Loureiro de Campos, S/N, 6º Andar, Ala B - Centro Cívico - 80230-110
Curitiba – Paraná – Telefone (41) 3210-2761 – comitelgbti@sejuf.pr.gov.br